

Priorizando a igualdade de gênero nas respostas legislativas à pandemia

Conforme evidenciado na primeira edição desta publicação conjunta, [COVID-19: O desafio de adaptar e fortalecer o papel dos parlamentos, uma análise da perspectiva do Parlamento Aberto](#), legislaturas na região das Américas e do Caribe estão modificando a localização física e o formato das decisões tomadas pelo parlamento, em resposta ao COVID-19. Muitas das principais recomendações apresentadas nessa publicação, que visam manter a abertura legislativa durante a pandemia (por exemplo, por meio da transparência e acesso à informação, prestação de contas, participação pública e ética e probidade), podem resultar em consequências positivas para a igualdade de gênero. [1]

À medida que as instituições parlamentares adaptam seus métodos de trabalho, as maneiras pelas quais os parlamentares podem engajar-se em uma agenda para a igualdade de gênero também estão passando por mudanças, exigindo novas estratégias, criatividade e inovação.

Essa publicação apresenta boas práticas que poderiam **promover a igualdade de gênero, construindo e fortalecendo as diferentes estratégias de adaptação que os parlamentos estão empregando atualmente na região.** Também fornece exemplos de como certos parlamentos incorporaram uma perspectiva de gênero em seus esforços contínuos para responder ao COVID-19.

Se as novas operações, debates e tomada de decisões virtuais dos parlamentos, forem abordadas de forma sensível ao gênero, é mais provável que as soluções legislativas adotadas sejam efetivas e sustentáveis.

Nesse sentido, se as operações das **instituições parlamentares levarem em conta os impactos diferenciados por gênero da pandemia na população, é muito mais provável que seus membros sejam capazes de desempenhar efetivamente seus múltiplos papéis.** Essas funções incluem supervisionar a governança para mitigar de forma eficiente as consequências sociais e econômicas da pandemia.

O poder legislativo tem um papel crítico a desempenhar, na medida em que os principais formuladores de políticas dos países das Américas e do Caribe lidam com a construção de uma “nova normalidade” que visa proteger seus cidadãos e residentes da propagação do COVID-19. Se as novas operações, debates e tomada de decisões virtuais dos parlamentos, forem abordadas de forma sensível ao gênero, é mais provável que as soluções legislativas adotadas sejam efetivas e sustentáveis.

[1] Veja, por exemplo: ONU Mulheres nas Américas e no Caribe, “Respostas anticorrupção ao COVID-19 devem incluir as mulheres: Transparency International e ONU Mulheres pedem políticas públicas inclusivas, transparentes e livres de corrupção na América Latina e no Caribe” 10 de junho 2020. <https://lac.unwomen.org/en/noticias-y-eventos/articulos/2020/06/respuesta-anticorrupcion-a-la-covid-debe-ser-transparente>

Gênero e a pandemia

Como ocorrido em todo o mundo, os desdobramentos da pandemia do COVID-19 foram altamente influenciados pelo gênero nas Américas e no Caribe. Mulheres, homens, meninas e meninos estão enfrentando as consequências da pandemia de maneiras distintas. Tais consequências são geralmente maiores para as mulheres que vivem na pobreza e para aquelas que sofrem racismo; elas fazem parte de um grande grupo demográfico que apresenta maior risco de infecção, perda de renda e encargos desproporcionais de assistência e trabalho doméstico não remunerado.

Uma das desigualdades de gênero mais visíveis, ampliadas pela pandemia do COVID-19, é a sobre-representação das mulheres em serviços essenciais, **como profissionais de saúde, em 70% em todo o mundo.** [2] **As mulheres são a maioria em muitos outros serviços e empregos essenciais no mercado informal**, que são menos propensos a ter segurança no trabalho ou seguro saúde e podem não atender aos critérios mínimos de assistência do governo para ajudar a compensar as perdas causadas pelo COVID-19.

O distanciamento físico e outras medidas impostas pelo governo para conter a transmissão do COVID-19 também estão tendo efeitos negativos sobre as mulheres. O trabalho de assistência não remunerada que as mulheres já assumiam está crescendo à medida que as famílias passam mais tempo em casa - escolas foram fechadas e os familiares doentes precisam de cuidados - enquanto os sistemas de suporte habituais para distribuir essas responsabilidades são menos acessíveis. A incidência de violência doméstica também está aumentando, pois as ordens de permanência em casa aumentam a exposição aos agressores, limitando a capacidade das vítimas de se conectarem com segurança aos sistemas de apoio necessários.

Apesar das implicações claras de gênero da pandemia, evidências emergentes demonstram que as necessidades e perspectivas das mulheres não estão sendo integradas na tomada de decisões durante a crise. Uma pesquisa com 30 países constatou que, onde existiam, as comissões nacionais de resposta ao COVID-19 tinham apenas 24% de representação feminina. [3]

O funcionamento e as ações dos parlamentos durante esse período de crise devem ser sensíveis ao gênero, a fim de evitar exacerbar ainda mais as - e evitar a criação inadvertida de novas. A tomada de decisão sensível ao gênero também pode ajudar a mitigar os custos do COVID-19, o que irá beneficiar toda a sociedade.

[2] Boniol, Mathieu et al. Equidade de gênero na força de trabalho em saúde: uma análise de 104 países; Documento de trabalho 1." OMS, 2019, https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/311314/WHO-HIS-HWF-Gender-WP1-2019.1-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y_

[3] CARE, "Onde estão as mulheres? A ausência conspícua de mulheres nas equipes e planos de resposta ao COVID-19, e por que precisamos delas," 2020, https://care.ca/wp-content/uploads/2020/06/CARE_COVID-19-womens-leadership-report_June-2020.2.pdf

Aproveitando oportunidades de progresso

O COVID-19 expôs as desigualdades de gênero e outras questões sociais na região que há muito tempo exigem reforma ou transformação e, se abordadas estrategicamente, poderiam evitar contratempos e até melhorar substancialmente a vida das mulheres e de suas famílias. Exemplos dessas questões incluem sistemas de proteção social (incluindo pensões, licença médica paga e [licença maternidade e paternidade](#)), saúde sexual e reprodutiva e condições de trabalho favoráveis à família, entre outros.

Os parlamentos e seus membros podem aproveitar o momento presente e suas perturbações a fim de repensar suas abordagens de combate às desigualdades, incluindo a desigualdade de gênero, para fazer parte de um "reconstruir melhor."

Os defensores da igualdade de gênero em todas as esferas de trabalho, inclusive no parlamento, apreciarão a importância de aproveitar momentos estratégicos para promover mudanças positivas, incluindo períodos de rápida reforma gerada por crises. De fato, por meio de diálogos interparlamentares, os legisladores enfatizaram que, enquanto a pandemia do COVID-19 está expondo e exacerbando as desigualdades e fraquezas de seus países, também oferece oportunidades para corrigir injustiças de maneira significativa. Isto é particularmente verdadeiro se uma perspectiva de gênero for incorporada desde o início.

Respondendo por meio da administração legislativa

Muitas das medidas tomadas para mitigar as consequências sociais, econômicas e ambientais da crise em andamento, estão sendo abordadas mediante a adoção de medidas estatais de emergência. Para acomodar esses tipos de medidas, os procedimentos e práticas parlamentares estão sendo alterados para permitir a rápida votação de orçamentos e programas de assistência do governo para atender às necessidades imediatas de seu povo e, de outra forma, permitir que o trabalho legislativo continue com segurança durante essa situação.

Essas mudanças podem promover o diálogo e os incentivos para avançar políticas institucionais relacionadas com a questão de gênero, alinhando-se às [recomendações](#) para criar um ambiente de trabalho mais inclusivo dentro da legislatura. A permanência dessas mudanças após o término da crise pode gerar benefícios a longo prazo para parlamentares, funcionários e o público em geral. Exemplos de tais medidas na administração e nas operações dos parlamentos são fornecidos abaixo:

- Permitir que legisladores e funcionários parlamentares vulneráveis ao COVID-19 - ou em contato com alguém que seja - trabalhem remotamente, sem consequências negativas no trabalho. É provável que esta facilidade alivie as dificuldades dos trabalhadores que também são cuidadores primários, geralmente mulheres. (ex : [México](#));
- Alterar regimentos para permitir que parlamentares conduzam suas deliberações remotamente em caráter excepcional. Ajustes adicionais para promover maior inclusão podem ser considerados, por exemplo, o código de vestimenta e o uso de linguagem sensível ao gênero.
- Introduzir a votação eletrônica, considerada uma boa prática para os parlamentos sensíveis ao gênero, especialmente em países geograficamente grandes. A votação remota pode ser particularmente benéfica para os legisladores que estão de licença após o parto ou que têm responsabilidades de cuidado. (ex. : [Chile](#))
- Permitir que aqueles que perderam o acesso a creches ou aos benefícios da licença maternidade continuem a trabalhar de casa. Se assim não fosse, os encargos poderiam impactar desproporcionalmente os trabalhadores com salários mais baixos e suas famílias.
- Fornecer acesso equitativo a equipamentos adequados de proteção (máscaras, luvas, etc.) para complementar as práticas de distanciamento físico das pessoas presentes no parlamento. Esses itens podem ser fornecidos sem custo ou reembolsados.
- Estabelecer ou confiar em frentes multipartidárias para apoiar outros esforços legislativos. Esses grupos podem dedicar seus planos de trabalho a curto prazo a questões de igualdade de gênero. (ex. [México](#) et Panama).

Encontrando equilíbrio entre a vida pessoal e profissional durante a pandemia do COVID-19

É importante reconhecer que parlamentares e funcionários parlamentares estão enfrentando novos desafios na prática do equilíbrio entre vida profissional e pessoal durante a pandemia do COVID-19. As cargas de trabalho associadas a essas funções já exigentes aumentaram ainda mais, devido à maior necessidade da população, à transformação de residências em escritórios temporários e à interrupção das redes de apoio pessoal e profissional.

Como locais de trabalho, os parlamentos podem promover um equilíbrio saudável entre vida profissional e autocuidado, como parte de ações sensíveis ao gênero diante da crise. Priorizar o equilíbrio durante uma crise pode ser um desafio para parlamentares e funcionários, mas também favorece a produtividade, promovendo o bem-estar e ajudando a evitar o esgotamento.

Algumas estratégias práticas que podem ser implementadas e modeladas pela liderança parlamentar, em consonância com esse objetivo, estão descritas abaixo:

- **Estabelecer linhas de comunicação abertas** entre liderança parlamentar, parlamentares e funcionários sobre os desafios da situação atual e a importância de encontrar equilíbrio, inclusive desconectando os dispositivos e mantendo conexões com amigos e familiares para combater as desvantagens do distanciamento físico.
- **Adotar, comunicar e respeitar** as horas de trabalho diárias definidas, que permitam tempo adequado para descansar e cumprir as responsabilidades de cuidados (especialmente porque elas podem ter aumentado durante a pandemia).
- **Permitir que a equipe mantenha horários flexíveis** e faça uso de configurações remotas de trabalho depois que as restrições do COVID-19 começarem a ser levantadas, pois provavelmente continuará havendo desafios associados às responsabilidades de atendimento.
- **Compartilhar recursos acessíveis sobre saúde mental** e outros serviços de apoio disponíveis no parlamento local e nacional.
- **Celebrar e promover o progresso alcançado pelos parlamentares** e em nível nacional; certificando-se de visibilizar o trabalho de mulheres líderes e outros membros diversos da comunidade.

Muitas dessas práticas recomendadas podem ser mantidas após o COVID-19 para ajudar a promover um local de trabalho inclusivo, acessível e sensível ao gênero dentro do parlamento. Para recomendações adicionais, consulte o [Plano de Ação para Parlamentos Sensíveis ao Gênero](#) da IPU.

Respondendo por meio das funções parlamentares

Os parlamentares podem defender e promover a igualdade de gênero por meio de suas funções legislativas, de representação, de controle político e orçamentárias, as quais assumirão dimensões incomparáveis durante a pandemia do COVID-19.

FUNÇÃO DE CONTROLE POLÍTICO

Os parlamentares são responsáveis por examinar as ações de emergência do governo em resposta ao COVID-19, a fim de garantir a conformidade com as leis, a constituição e as necessidades públicas de seu país. Nesse trabalho, atenção específica também pode ser dada ao cumprimento de padrões e acordos internacionais de igualdade de gênero e à tomada de decisões políticas participativa e inclusiva das vozes de diversas mulheres.

Os parlamentares também podem controlar as medidas administrativas adotadas por seus parlamentos para se adaptar às realidades do governo durante o COVID-19. Podem examinar como os colegas legisladores e funcionários são impactados por essas medidas, e defender a implementação de abordagens equitativas e compassivas que não deixem ninguém para trás. Exemplos de ações que podem ser tomadas como parte do trabalho de controle parlamentar incluem:

- Garantir a paridade de gênero na composição de novas comissões ou forças-tarefa formadas para enfrentar a crise do COVID-19, dentro ou fora do parlamento. É essencial que essas comissões se beneficiem da experiência de vida e profissional das mulheres em setores como saúde pública, serviços sociais, resposta a desastres e gestão financeira.
- Analisar o perfil dos beneficiários dos auxílios econômicos propostos para avaliar se diferentes grupos vulneráveis poderão se beneficiar de maneira equitativa. Dados empíricos, relatórios de avaliação e análises de gênero produzidos a partir de programas governamentais semelhantes são ferramentas para apoiar essa análise. Se os dados disponíveis não forem desagregados por gênero, raça, idade e outras variáveis relevantes, os parlamentares podem usar a ocasião para solicitar sua coleta.
- Monitorar a representação das mulheres na legislatura, se medidas de distanciamento físico forem implementadas para reduzir o número de pessoas nas instalações do parlamento. A representação de partidos políticos será provavelmente a principal consideração para sessões com membros reduzidos, mas o gênero e outras características também ajudarão a obter uma representação equilibrada nas sessões parlamentares. Elas serão específicas para cada país, mas podem incluir também geografia e idioma.

- Garantir que os processos eleitorais sejam seguros e inclusivos (inclusive para aqueles que não têm acesso confiável à Internet) e que os direitos políticos das mulheres sejam mantidos durante o COVID-19. Os parlamentares podem avaliar, entre outras coisas, se grupos marginalizados estão acessando informações de votação de órgãos eleitorais e se as cotas de gênero estão sendo implementadas adequadamente.

FUNÇÃO LEGISLATIVA

Os assuntos da agenda legislativa durante a pandemia do COVID-19 serão naturalmente focados em definir e financiar, de forma rápida, as ações dos governos para responder às crises imediatas de saúde pública e econômica. A capacidade de resposta a questões de gênero dessas ações governamentais desempenhará um papel crucial em seu sucesso. Exemplos específicos de como priorizar perspectivas de igualdade de gênero no trabalho legislativo durante o COVID-19, incluem:

- **Colocar questões de igualdade de gênero e direitos das mulheres** nas agendas das comissões especiais da pandemia do COVID-19. Na [Argentina](#), foi elaborado um projeto de lei que garantiria a aplicação de uma perspectiva de gênero nas comissões de crise. Ferramentas práticas para revisar a legislação proposta com uma perspectiva de gênero podem ser usadas ou introduzidas para apoiar os esforços dos parlamentares nesse sentido.
- **Entregar contribuições em plenário que reflitam o trabalho de igualdade de gênero**, realizado nas comissões ou que, de outra forma, se concentre nas implicações de gênero da crise do COVID-19. No [Canadá](#), os tópicos levantados na Câmara dos Comuns incluem taxas crescentes de violência doméstica e os encargos desproporcionais de cuidados infantis sobre as mulheres.
- **Apresentar legislação**, de tramitação acelerada que vise, especificamente, aumentar o acesso das mulheres a programas governamentais essenciais e financiamento durante a pandemia. No [Chile](#), está sendo revisado um projeto de lei que estenderia as proteções de licença maternidade durante a pandemia. Esse projeto de lei, respondendo a uma necessidade específica de gênero, conseguiu avançar em parte porque a comissão parlamentar responsável pela igualdade de gênero continuou a reunir-se durante a pandemia.
- **Introduzir reformas legais que preencham lacunas na proteção social** que foram reveladas durante a pandemia. Alguns dos apoios temporários implementados (ou variações destes) podem oferecer benefícios a longo prazo para o público se adotados permanentemente. O apoio a [países que trabalham](#), trabalhadores de serviços essenciais, pequenos empresários ou outros grupos vulneráveis a choques sociais e econômicos durante crises pode fortalecer as redes de segurança social e reduzir o impacto desses choques ao longo do tempo.

FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Os parlamentares detêm as principais responsabilidades de dar voz às diversas necessidades da população nos espaços de tomada de decisão e, de garantir que os resultados legislativos sejam eficientes e respondam a essas necessidades. Isso é especialmente crítico durante o COVID-19, pois as necessidades são maiores e diferentes para toda a sociedade, e os caminhos tradicionais de consulta podem não estar disponíveis.

Os parlamentares podem procurar, de maneira proativa, as perspectivas das mulheres em todo o país e liderar discussões na legislatura sobre questões de igualdade de gênero que afetam suas comunidades. Essas perspectivas devem refletir-se nas decisões tomadas em resposta à pandemia, com o público sendo informado durante todo o processo. Alguns exemplos de mecanismos para fazer isso incluem:

- **Compartilhar informações sobre as implicações de gênero do COVID-19** (violência doméstica, assistência), e as medidas para respondê-las, nas redes sociais pessoais e naquelas associadas ao parlamento. A Comissão Bicameral da Equidade para as Mulheres do Congresso da Colômbia, por exemplo, usou seus canais de rede social para promover [discussões](#) virtuais sobre o problema da violência doméstica e [campanhas](#) para combatê-la. Essas ações aumentarão o acesso do público às informações sobre medidas importantes que estão sendo tomadas, em nível nacional e local, e podem criar caminhos para novas conversas.
- **Utilizar plataformas de videoconferência** para realizar reuniões virtuais com as comunidades e consultar organizações comunitárias de mulheres sobre suas experiências durante o COVID-19, visando subsidiar o trabalho legislativo. As comissões parlamentares que funcionam durante esse período também podem usar a videoconferência para convidar representantes de organizações locais de mulheres, e outros especialistas em igualdade de gênero, para prestar testemunho especializado durante suas reuniões. Como todas as questões relacionadas ao COVID-19 têm um componente de gênero, essa recomendação pode ser adotada por todas as comissões, e não apenas aqueles com um mandato específico de igualdade de gênero.
- **Consultar as organizações governamentais nacionais e/ou unidades técnicas de gênero** do parlamento pode ajudar a construir a compreensão dos impactos diferenciados do COVID-19 no país. Essas instituições também podem conectar tomadores de decisão com organizações de mulheres locais para facilitar novas conversas.

FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em resposta aos imensos impactos econômicos do COVID-19, muitos governos implementaram novos programas que fornecem apoio financeiro emergencial a indivíduos e empresas. Como os orçamentos são declarações de prioridades, os parlamentares deliberam, votam e supervisionam essas medidas. Eles podem perguntar sobre os processos de tomada de decisão e considerar se as medidas de alívio estão adequadas para as pessoas mais afetadas pela crise em andamento. Exemplos específicos de como esse trabalho pode ser realizado estão descritos abaixo:

- Aplicar o resultado de pesquisas e consultas públicas e com organizações de mulheres nas análises de medidas financeiras e legislação. Para evitar um maior crescimento da desigualdade, medidas orçamentárias eficazes devem levar em consideração as diferentes necessidades e vulnerabilidades da população.
- Realizar reuniões virtuais entre a legislatura (no plenário ou com comissões específicas) e o Ministro das Finanças - e outros membros do executivo - para os parlamentares fazerem perguntas sobre as maneiras pelas quais as desigualdades de gênero foram levadas em consideração ao priorizar questões políticas e alocar recursos durante a pandemia. Isso se baseia nas estruturas de reuniões já existentes nas legislaturas da [Argentina](#), [Colômbia](#), [Equador](#) e [Jamaica](#), entre outras.
- Defender a implementação de práticas censitárias e orçamentárias que medem e valorizam com precisão o trabalho não remunerado das mulheres, que se tornou mais visível durante a pandemia, na contabilidade nacional. Essa mão-de-obra tem um valor significativo para o funcionamento das famílias e das economias nacionais, mas, na maioria das vezes, é sub-reconhecida e subvalorizada. Contabilizar esse trabalho nas estatísticas contábeis nacionais facilitará uma maior compreensão do trabalho das mulheres e o desenvolvimento de medidas de apoio apropriadas para redistribuição dentro da família e com o estado. A [Costa Rica](#) é um exemplo de país com essa prática, permitida pela legislação.

Recursos

Applegate, Meredith, [“Como proteger a igualdade de gênero nas eleições durante o COVID-19”](#), Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES), 28 de abril de 2020.

União Interparlamentar, [“Gênero e COVID-19: uma nota de orientação para os parlamentos.”](#) 2020.

International IDEA, [“Parlamentos e Crise: Desafios e Inovações: Cartilha Parlamentar No. 1.”](#) 2020.

ONU Mulheres Escritório Regional das Américas e do Caribe, [“COVID-19 na América Latina e no Caribe: como incorporar mulheres e igualdade de gênero na gestão da resposta a crises.”](#) 2020.